

ATA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 01/04/2020

Data	01 e 02/04/2020
Horário	8:30 horas
Local	Via Webconferência

Lista de presença:	1. Uberlando Tiburtino Leite	Presidente
	2. Jéssica Cristina Pereira Santos	Pró-Reitora de Administração
	3. Gilberto Paulino da Silva	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional
	4. Maria Goreth Araújo	Pró-Reitora de Extensão
	5. Gilmar Alves Lima Junior	Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
	6. Edslei Rodrigues de Almeida	Pró-Reitor de Ensino
	7. Davys Sleman de Negreiros	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Cacoal
	8. Leonardo Pereira Leocadio	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Porto Velho – Calama
	9. Aremilson Elias de Oliveira	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Vilhena
	10. Marco Aurélio Anequine de Macedo	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Colorado do Oeste
	11. Elaine Oliveira Costa de Carvalho	Diretora-Geral do <i>Campus</i> Guajará-Mirim
	12. Ênio Gomes da Silva	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Ariquemes
	13. Ariádne Joseane Felix Quintela	Diretora-Geral do <i>Campus</i> Porto Velho - Zona Norte
	14. Letícia Carvalho Pivetta	Diretora-Geral do <i>Campus</i> de Ji-Paraná
	15. Renato Delmonico	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Jaru

16. Miguel Fabrício Zamberlan	Diretor-Geral do <i>Campus</i> São Miguel do Guaporé
17. Aloir Pedruzzi Júnior	Diretor de Educação a Distância - DEaD
18. Débora Gonçalves Lima	Diretora de Gestão de Pessoas
19. Janaína Maria Ferri Candea Saldanha	Assessoria de Comunicação - Ascom
20. Erlan Fonseca de Souza	Diretor de Gestão de TI - DGTI

PAUTA:

1. ABERTURA DA REUNIÃO PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO

O Presidente do Colégio deu as boas vindas aos participantes e iniciou a reunião por webconferência.

2. ORDEM DO DIA

Excepcionalmente, esta reunião se realiza de forma remota, por webconferência, devido às recomendações de recolhimento e não aglomerações de pessoas para contingenciamento da pandemia de Coronavírus (COVID - 19).

Com a participação do colegiado acima elencado, o Presidente do Colégio de Dirigentes iniciou a reunião.

2.1. Apresentação dos trabalhos de Auditoria Interna do IFRO, referente ao exercício de 2019.

A CGU (Controladoria Geral do União) informou que aderiram ao trabalho remoto, e os trabalhos de auditoria previstos para o IFRO, que estavam no planejamento para ser auditado, terão prosseguimento.

O Prof. Uberlando solicitou aos gestores que dispensem atenção em responder as demandas da CGU dentro dos prazos. Os trabalhos de auditoria da CGU terão início a partir do dia 20/04/2020.

2.2. Avaliação e encaminhamentos sobre as Atividades Remotas de Ensino e Administrativas implementadas no IFRO como forma de prevenção ao novo Coronavírus (COVID-19).

O Prof. Uberlando informou que a avaliação de trabalho remoto na reitora está transcorrendo com tranquilidade, a adesão de servidores é de 100%. As dificuldades com equipamentos e acesso a internet já foram solucionadas. Considerou que esta é uma oportunidade para o IFRO experimentar o funcionamento das atividades por trabalho remoto, verificar os setores que poderão dar continuidade nos trabalhos com trabalho remoto após o período emergencial.

No *Campus* Guajará-Mirim alguns servidores reclamam da qualidade da internet domiciliar na cidade. O Prof. Uberlando destacou que este é um desafio geral enfrentado por todas as unidades, talvez em Porto Velho seja um pouco menos do que no restante do Estado.

A Sr.^a Débora relatou que alguns servidores, que ocupam cargos que rotineiramente executam tarefas mais práticas do que administrativas, estão reportando dificuldade na execução do trabalho remoto. Como por exemplo, os técnicos em laboratórios, auxiliar de biblioteca, entre outros, que geralmente não fazem muitos trabalhos administrativos, porém, podem neste momento, elaborar relatórios de insumos para aquisição, listagem dos materiais, na biblioteca - listagens de livros e materiais. A planilha de acompanhamento para listagem das atividades foi uma sugestão, outras ferramentas podem ser utilizadas para registro e acompanhamento das atividades pela chefia imediata, como trelo, sistema redmine, ou outros. Assim que, ela quer verificar com os DGs as possibilidades de atribuições para esses cargos. Foi relatado maior dificuldade de orientações de tarefas para técnicos de laboratórios de informática, pois a demanda de trabalho está intrinsecamente ligada às aulas, pediu sugestão nesse caso e auxiliares de biblioteca, e outros cargos que tem perfil mais direcionando ao atendimento ao público. Para os demais laboratórios é possível elaboração das listagens de insumos e materiais, além de que muitos deles estão trabalhando nos laboratórios na produção de produtos, como o álcool em gel. A Sr.^a Débora sugeriu se seria possível emitir uma portaria para que essas equipes possam prestar apoio às de ensino, neste momento que estas estão sobrecarregadas.

No *Campus* Colorado do Oeste, os técnicos dos laboratórios de solos estão fazendo toda a demanda de análises, havia várias demandas aguardando. Os demais técnicos de laboratórios vão todos trabalhar na produção de álcool em gel. Também, o pessoal do DAPE está bastante ocupado. A Prof.^a Gisele Storch do Nascimento Santos, Diretora de Ensino, partilhou que as equipes da biblioteca estão prestando suporte ao ensino remoto, fazendo tutoriais para alunos acessar a biblioteca digital, o que está ajudando bastante aos alunos, há também demandas por elaboração de manuais, cartilhas, manuseio da plataforma *lattes*, orientações de TCC, são atividades que foram identificadas, estão sendo realizadas de forma bastante produtivas.

No *Campus* Jaru, o Prof. Renato partilhou que estão todos ajustados com atividades de ensino remoto.

No *Campus* Ji-Paraná, a Prof.^a Letícia informou que esta questão foi resolvida, os servidores de atividades mais presenciais de atendimento ao público se colocaram à disposição para realizar outras atividades administrativas, em acordo com a chefia imediata. A equipe da CGTI (Coordenação de Tecnologia da Informação) está dando suporte ao acesso a alunos, docentes e na questão do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), e suporte à DPLAD (Departamento de Planejamento e Administração). A CRA (Coordenação de Registros Acadêmicos) está realizando tarefas sobre o censo e outras atividades. Os

técnicos de laboratórios de informática estiveram ocupados com reparos de máquinas para empréstimo a alunos que não tinham, foram cerca de 30 máquinas habilitadas. Há servidores no monitoramento das salas de atendimento ao público e entrega de materiais. Foi deliberado sobre o detalhamento da planilha de registro de atividades, mas sem demandar mais tempo para preencher a planilha do que realizar a atividade. A Prof.^a Letícia perguntou se possível conceder licença capacitação de 3 meses e férias aos servidores. A Sr.^a Débora, informou que pode conceder licença capacitação, desde que não extrapole os 2% do quadro da instituição, conforme previsto na legislação. Ela vai trazer o PDP (Plano de Desenvolvimento de Pessoal) e propostas de cursos *on line*, sem custos e são muito bons.

O Prof. Uberlando recomendou aos que não puderem executar atividades remotas, que façam cursos *on line* na sua área de atuação, para capacitação.

No *Campus* Zona Norte, a Prof.^a Ariadne informou que a adaptação ao trabalho remoto está transcorrendo bem. Questionou uma dúvida quanto à folha de ponto. A Sr.^a Débora esclareceu que não necessário ir ao *campus* para assinar a folha de ponto. Com prorrogação do período de calamidade e trabalho remoto, o prazo para não assinatura da folha também se estende.

Ensino - O Prof. Edslei contextualizou que estão sendo realizadas reuniões constantes, por webconferência, para tratar do ensino com as equipes de todos os *campi*, assim que vamos continuar as avaliações do andamento do ensino remoto até dia 13/04, conforme estabelecido na portaria como último dia para trabalho remoto. Antes do fim deste prazo, vamos aplicar um questionário para apresentar um cenário com os dados já tabulados, para embasar a tomada de decisão da melhor forma possível, quanto ao aproveitamento do ensino e trabalho remoto, tendo em vista obter esse panorama para deliberarmos na reunião do CODIR acerca da continuidade ou suspensão das atividades. Há algumas dificuldades pontuais, de adaptação de docentes com o AVA, sendo que um percentual já era esperado, assim que propomos uma capacitação habilitação digital, há servidores que se manifestaram que preferem retornar das aulas, outros gostariam da continuidade das atividades remota, que além de tudo, é uma forma de manter todos ocupados, alunos e servidores. Na última reunião do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) ontem, o Prof. Uberlando participou e trouxe minutas de normativas: uma MP (Medida provisória) com a proposta de alteração que flexibiliza a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); a segunda, um projeto de lei que altera execução do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); a terceira, uma normativa que trará um norte para educação profissional, foi disponibilizada para nós, da Rede Federal, contribuímos. Assim que os documentos forem publicados darão norte para a reformulação do calendário acadêmico, acredita-se que na semana que vem, teremos novidades. Quer ouvir os DGs (Diretores-Gerais) e os DEs (Diretores de Ensino):

O Prof. Leonardo, compartilhou que no *Campus* Calama, está sendo o debate sobre finalizar o semestre com avaliações que não são presenciais. No geral, todos estão entendendo a situação extraordinária que estamos vivendo e dando apoio ao ensino remoto.

O DE do *Campus* Cacoal, Prof. Rodolfo Gustavo Teixeira Ribas, apresentou uma dúvida quanto a utilização dos 20% aulas EaD ou 80% de atividade remota como presencial. Quanto a avaliação, se a nota valerá o equivalente proporcional de 20% ou 80%. O Prof. Leonardo considerou que conforme diretrizes da PROEN, de continuidade do calendário conforme previsto, se adotamos 80%, o calendário não está suspenso, dando continuidade no planejamento de ensino normalmente, assim que a avaliação é do total. O Prof. Edslei destacou que tendo em vista que o MEC (Ministério da Educação) já se manifestou com normativas que amparam a atividade remota sem prejuízos, ou seja, atividade remota com continuidade do calendário acadêmico. O MEC está ampliando para ensino técnico de nível médio.

O Prof. Uberlando contextualizou sobre as minutas, em reunião CONIF houve a preocupação que a Rede Federal fosse contemplada, inclusive o Colégio Dom Pedro II, que trabalha com educação infantil, para que todos os níveis de ensino fossem contemplados e amparados para as atividades remotas pelas normativas que serão aprovadas.

O DE do *Campus* Zona Norte, Prof. Valdeson Amaro Lima, compartilhou que foi realizada reunião com todos os docentes, equipes de apoio pedagógico e DG, para deliberar sobre o levantamento de acessos ao AVA e realização das atividades de alunos, resulta que o número dos alunos que estão realizando as atividades remotas é inferior ao esperado, vamos contatar individualmente os alunos para verificar os motivos da baixa participação. Foi proposto às equipes dois cenários possíveis: um sobre avaliações para fechar o 1º bimestre todo no ambiente virtual e iniciar as atividades do 2º bimestre; e outra proposta de fechar parcialmente o 1º bimestre com apenas as atividades que puderam ser realizadas. Para que os dois cenários sejam deliberadas nos colegiados de curso e haja o debate por todos os docentes, para que façam parte da deliberação. Ele destacou que os docentes estão engajados com as atividades remotas.

A Prof.^a Elaine compartilhou que no *Campus* Guajará-Mirim, há a deliberação acalorada entre docentes, equipes pedagógicas e DG, em que houve um aumento do número de docentes que defendem a suspensão do calendário acadêmico após o dia 13/04, para a não prorrogação da portaria. Eles argumentam que os alunos não estão produzindo como deveriam, comprometendo a qualidade de ensino, também há grande dificuldade quanto ao acesso à internet, tanto na cidade como na zona rural, alunos indígenas e áreas remotas rurais sem acesso ou muito precário. Eles apontam que o aproveitamento dos alunos não está sendo satisfatório. A DE do *Campus* Guajará-Mirim, Prof.^a Geane da Silva Tavares, considerou como preocupante o questionamento sobre retenção de conteúdo, destacou ainda, que a grande rotatividade de docentes agrava o comprometimento com *campus*, pois muitos são de fora da cidade ou do estado. Os docentes estão trabalhando e postando as atividades para os alunos, porém, apontando esses pontos de dificuldade. Há grande quantidade de atividade avaliativa, as demais atividades os alunos não estão fazendo, no AVA foi identificado uma grande defasagem de acesso pelos alunos, estamos entrando em contato para tentar resgatá-los, mas é bem crítico o cenário, sobre a retenção de conhecimento pelo aluno. Talvez este seja um panorama diferente das demais unidades.

O Prof. Edslei ponderou que com o resultado dos questionários, e continuidade das reuniões constantes poderemos avaliar melhor o cenário.

O Prof. Miguel compartilhou que no *Campus* São Miguel do Guaporé, a cada semana um professor ministra uma aula ao vivo, a adesão dos alunos tem sido de cerca de 70% , e o AVA é utilizado para atividade de acompanhamento para a semana, foi verificando maior comprometimento e engajamento dos alunos desta maneira. Mesmo os alunos que não participaram na hora da aula ao vivo, posteriormente, eles assistiram a aula e realizaram as tarefas. A equipe também faz contato, ligando para os alunos que não acessaram, para verificar o motivo. Com a aula ao vivo, os alunos tendem a participar mais, a experiência está sendo positiva, de forma que todos os dias o aluno tem uma aula ao vivo, e atividade correspondente para a semana. Certamente, as adaptações acarretam mais trabalho, todos estão tentando superar as dificuldades, considera que com a aquisição dos chips para acesso à internet, será ainda maior a adesão dos alunos. Ele compartilhou que dois alunos que tinham abandonado o curso por indisponibilidade em participar das aulas, agora retornaram após o contato da equipe, pela flexibilidade das aulas remotas e recuperaram o conteúdo atrasado. Já os fóruns de debate, não apresentam muita adesão dos alunos.

O Prof. Renato, compartilhou que no *Campus* Jaru foi feita reunião com os líderes de turmas, o questionamento da maioria foi sobre a elevada quantidade de conteúdo, vamos procurar dosar melhor. Eles reportaram que os planos de internet são limitados e acabam rápido, por isso os professores estão enviando conteúdo também por *whats up*, porque este geralmente é ilimitado nos planos pré-pagos. O acompanhamento de docentes e alunos pela equipe pedagógicas é constante, na busca de contornar as dificuldades, com acompanhamento bem próximo. Por enquanto, os alunos estão abraçando as atividades remotas para não serem prejudicados com paralisação total. Ele destacou a atuação da psicóloga junto as turmas para suporte.

A Prof. Leticia contextualizou que no *Campus* Ji-Paraná houve algumas reclamações, mas estão sendo superadas. A equipe TI fez a reconfiguração/recondicionamento de computadores, cerca de 30 máquinas, seguido de revezamento para os alunos as buscarem, vamos resolver desta forma quanto a falta de aparelhos. O DAPE está acompanhando as dificuldades de alunos, acredita-se que para os adolescentes de nível médio, quanto a absorção de conteúdo, talvez haja algum prejuízo, mas poderão ter reposição posterior, o importante é não parar para que todos possam estar engajados e ocupados.

O Prof. Aremilson compartilhou que no *Campus* Vilhena, na segunda semana de atividades, está melhor a aceitação do ensino remoto, mais adaptados às diversas ferramentas, também há a preocupação com o aproveitamento dos alunos. Ele acessou o sistema de fornecimentos de dados à gestão, analytics.ifro.edu.br, ensinou a ferramenta aos docentes, que estão acompanhando as visitas ao AVA, foi possível verificar que os docentes estão postando por outras ferramentas, o que é muito positivo. Os docentes acharam importante essas informações fornecidas pelo analytics. Considerou também que será importante o resultado dos questionários aplicados a servidores e alunos, com divulgação dos resultados à toda a comunidade, pois contra fatos não há argumentos.

O Prof. Davys compartilhou que no *Campus* Cacoal, as reuniões estão sendo realizadas, e no geral, todos estão se adaptando, o maior problema detectado era a dosagem com o excesso de conteúdos para os alunos, mas está sendo resolvido. O curso de licenciatura em matemática reportou uma maior dificuldade por atividades do curso apresentarem uma característica mais presencial. Está sendo considerado positivo para os alunos de alunos médio, também os pais relatando que os alunos não estão parados, enquanto os de outras escolas pararam. Mesmo que a qualidade seja um pouco prejudicada, é positivo, e um desafio para todos.

No *Campus* Ariquemes, o Prof. Ênio compartilhou que o trabalho e o ensino remoto estão andando, com muitas atividades para os alunos, agora os pais estão acompanhando mais de perto e se dando conta do volume de atividades realizadas por seus filhos, mas estão reportando como positivo, melhor do que parar as atividades. Na parte prática, talvez os alunos vão ser penalizados pela falta de atividades presenciais, para reposição posterior.

No *Campus* Colorado do Oeste, a Prof.^a Gisele relatou que há disciplinas com dificuldade de continuar remotamente, outras se adaptam de melhor forma, assim que estão em diálogo com a PROEN para verificar a possibilidade de adesão por disciplina, porque adiantariam as disciplinas compatíveis com ensino remoto, e as demais teriam o horário livre para reposição posterior.

O Prof. Uberlando refletiu sobre o relato dos *campi*, destacou o momento delicado de comoção nacional que atravessamos, é preciso um levantamento de demandas da situação, deixar preferências pessoais de lado, manter o foco em questões institucionais, e o melhor para nosso público alvo - os alunos. Devemos adotar a melhor decisão voltada aos interesses institucionais e o bem estar público, e como gestores, deliberar com muito critério, mesmo com as dificuldade que podem ser superadas, sempre no melhor interesse dos alunos, pois as dificuldades já eram esperadas. Fazendo uma discussão profissional entre todos, prezando pela qualidade de ensino, destacando que somos um instituto de tecnologia e devemos tentar derrubar as barreiras de resistência. Se de fato, não estiverem sendo atendidos os quesitos de aprendizado, então não dá para continuar com atividades remotas, aí sim paralisaremos, mas temos obrigação de por os melhores esforços. Sobre os desafios do *Campus* Guajará-Mirim, devemos ter a consciência de que o *Campus* Guajará-Mirim foi implementado porque apresentava uma demanda na região para a instalação de um Instituto Federal, e a demanda ainda se mantém, de capacitar pessoas e promover o desenvolvimento tecnológico na região, mesmo com os desafios que se apresentam. Assim que esta unidade é essencial, e é infundado qualquer rumor sobre sua manutenção. Sobre a continuidade das aulas remotas, a pergunta faremos o quê se suspendermos o calendário, vamos tomar a decisão baseado na avaliação e no debate. Se alguma unidade não tiver realmente possibilidade de continuar, que seja paralisada; outra que está funcionando bem que continue.

A Prof.^a Elaine destacou que se posicionou nas reuniões da equipe, com posicionamento institucional, entendendo as dificuldades, mas com intuito de continuidade das atividades, mas relatou que houve declínio da adesão, vamos tentar continuar para avaliar se for realmente inviável, então parar. Ela esclareceu que trouxe essas questões para contextualização do que acontece na unidade, e convidou o reitor para participar e acompanhar as próximas reuniões.

O Prof. Uberlando refletiu sobre a possibilidade de paralisar parcialmente as disciplinas que estão sendo impactadas pela falta das atividades presenciais, nesse momento, não vê como uma opção viável em prosseguir uma disciplina e

paralisar outra, tem impactos negativos, em que o aluno terá que ficar o tempo todo disponível para a instituição, provavelmente comprometerá seu período de férias, bem como as férias docentes, e atendimento do *campus* em períodos de recesso. Assim que, devemos tentar exaustivamente o sucesso do ensino remoto, mas a decisão será ou parar ou continuar, porque parcialmente não funcionará. Sobre a questão de carga horária de 20% EaD nos PPCs e conteúdos para reavaliar se realmente conseguimos ofertar, devemos analisar todas as possibilidades, inclusive se paralisar as atividades já pensar em seu retorno, capacitação de tecnologias a docentes, entre outros.

O Prof. Aloir ponderou sobre os 20% de carga horária destinadas a atividades em EaD, pode ser um grande paradigma, considerando as barreiras tecnológicas, ao vivermos essa situação na prática solicitou aos envolvidos que vejam com olhar de pesquisadores, de como podemos melhorar, quais são as falhas, para contribuir com o processo de desenvolvimento tecnológico. Destacou que a utilização de tecnologias para a educação é uma realidade cada vez mais presente na vida de todos, em especial da geração mais jovem, e deve ser desenvolvida ainda mais, como ferramenta para alcançar mais pessoas. É papel da DEAD fomentar o desenvolvimento e apoio para o desenvolvimento das atividades através das tecnologias, sem descartar a importância de aulas presenciais, pois trata-se de expandir o ensino.

O Prof. Uberlando destacou a importância de cada unidade do IFRO esteja inserida no contexto de sua comunidade, para o desenvolvimento de diálogos contínuos, que são muito importante nesse momento.

O Prof. Edlsei informou que já está ocorrendo o diálogo entre PROEN, DEAD e *Campus* Zona Norte para propor capacitação aos docentes. É preciso o debate contínuo para pensarmos se cancelarmos o calendário acadêmico, quais são as alternativas para quando do retorno, pois nem todos estão a par da dificuldade de fechar um calendário acadêmico, com os dias letivos, considerando todas as atividades previstas, feriados e período de férias, assim que se for cancelar, deve-se analisar os prejuízos. Ele destacou as ferramentas previstas do PPC, especialmente as tecnológicas voltadas à EaD, se somos realmente capazes de cumprir.

A Prof. Elaine se posicionou em defesa da EaD, a continuidade das atividades é positiva, proporciona pertencimento ao aluno, contudo, sem a adesão dos docentes do *campus* não é possível executar. Ela concluiu então, que devemos ter uma discussão ampla sobre a paralisação do calendário, como seria a reposição e a readequação do calendário, destacou que estamos recebendo salário, e necessariamente os docentes deverão fazer a reposição, que possivelmente ultrapassará o ano civil, para que todas as variáveis sejam apresentadas e todos estejam cientes delas. As atividades administrativas continuarão com trabalho remoto. Ressaltou que o sindicato se posicionou que não querem a continuidade das aulas, não querem férias, e como justificar os recebimento do salário, neste caso, somente com a reposição posterior, prejudicando a todos.

Encaminhamento - a decisão de continuar com atividades remotas deve ser definida antes do dia 13/04, para prorrogação ou não da portaria e continuidade do calendário acadêmico. Após a análise do resultado do questionário, a próxima reunião do CODIR, dia 09/04/2020.

2.3. Ações do IFRO para a população na prevenção e enfrentamento ao novo Coronavírus.

O plano de ação para o enfrentamento de Coronavírus contempla muitas atividades, dentre impressão 3D de produtos para essa demanda e doações.

O Prof. Gilmar informou sobre o lançamento de edital conjunto PROPESP e PROEX. A ASCOM divulgou a planilha que foi compilada com as ações voltadas à prevenção e enfrentamento ao novo Coronavírus. As ações foram bem repercutidas, como a produção de álcool em gel e produtos EPIs, com selo aneja para fornecimento.

Também destacou liderança da FAPERÓ (Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia) para projetos e parcerias com investimentos estão sendo viabilizados.

Para o Edital do IFRO, serão destinados aos projetos um total de R\$ 186 mil em recursos do IFRO. Sendo R\$ 150 mil provenientes de taxa de bancada, com pagamento duas bolsas a alunos por projeto, envolvendo cursos técnicos, e superior (graduação e pós-graduação), mas preferencialmente que seja um aluno de nível médio e um de nível superior. A princípio para 4 meses, passível de prorrogação apenas com justificativa. Os alunos deverão necessariamente ser maiores de 18 anos, por recomendação do MP (Ministério Público). Já temos a minuta e o edital deverá ser publicado ainda hoje, o prazo de submissão é curto, devido a urgência de combate ao coronavírus, e ao fato de que já estamos divulgando aos servidores que haveria esses editais. Para as propostas já enviadas, serão contempladas na homologação do resultado.

A Sr.^a Goreth destacou que é um projeto integrado de pesquisa e extensão, podendo destinar-se a produtos e capacitações, etc, tudo voltado ao Coronavírus. Lembrando que se for envolver o uso de laboratórios, deverá informar e organizar com os respectivos DGs, para utilização. Os recursos de custeio a cada projeto é de R\$ 10 mil, e serão contemplados 15 projetos, totalizando os R\$150 mil.

O Prof. Renato questionou sobre a necessidade de registro no Conselho dos profissionais responsáveis. A Sr.^a Goreth esclareceu que deve-se contatar cada conselho regional para verificar, pois devido ao estado de calamidade, algumas exigências para renovação de registro foram relaxadas.

Foi aprovada na SETEC, a proposta de R\$ 19 milhões a serem distribuídos entre a Rede Federal para produtos de COVID 19. A parte de respiradores e produtos mais complexos, que requer maiores investimentos, o governo já está negociando com as empresas para dar início a produção em escalas maiores. E que a Rede Federal foque em produtos como álcool em gel, EPIs, impressão 3D, etc, ou até mesmo a produção de kits para diagnósticos rápidos. Parecerias também estão sendo feitas com órgãos da justiça, MPF e MPE, que estão viabilizando recursos para o IFRO para combate ao Coronavírus, de recursos provenientes de multas e outros, o edital será elaborado em breve.

O Prof. Gilmar falou do valor de meio milhão de reais, que serão destinados a ações voltadas ao coronavírus acrescido de ações voltadas à segurança alimentar. Seguramente atingiríamos esse valor, só o *Campus* Calama

apresentou 9 projetos. A Sr.^a Goreth destacou que se os recursos não forem destinados apenas ao custeio, se puder ser utilizados para investimentos, esse valor poderá ser atingido facilmente, contemplando aquisições de máquinas e impressoras 3Ds, que, neste momento, são em quantidades limitadas para cada *campus*.

O Prof. Uberlando solicitou às unidades para deixar os projetos prontos para submissão, para quando for lançado o edital da SETEC. Os projetos são de caráter de materiais de urgência para que possamos ter grande adesão. Para os *campi* agrícolas, quanto a alimentos com muita produção recomendou projeto de extensão para doação do excedente de alimentos a algum grupo ou instituição de apoio. Destacou que temos essa produção interna, que neste momento, poderá prestar algum apoio a populações que enfrentam grandes dificuldades. É preciso divulgar a informação clara e vincular o nome do IFRO à doação.

O Prof. Anequine informou que o *Campus* Colorado do Oeste está disponibilizando produção agrícola excedente ao exército quase todos os dias, que estão redistribuindo a populações carentes. A produção pode ser aumentada se for necessário, frisou.

A Sr.^a Goreth destacou que a realização de uma chamada pública é importante para transparência e divulgação das doações de alimentos dos *campi*. Ela pediu que os *campi* compartilhem os contatos dos fornecedores locais de insumos químicos, porque alguns *campi* estão com dificuldade na aquisição.

O Prof. Uberlando destacou a relevância da divulgação das ações do IFRO.

- *Campus* Ji-Paraná produção e distribuição de álcool em gel para a saúde do município, com matéria e entrevista divulgada em televisão com repercussão muito positiva. Várias instituições públicas estão buscando o *campus* para parcerias de produção de álcool em gel e materiais de EPI.
- *Campus* Colorado do Oeste - doação de álcool em gel:



- Produção agrícola do *Campus* Ariquemes é doada em bairro do município. Devido ao isolamento social atual e à suspensão das aulas presenciais, foi doada toda a produção de hortaliças em fase de colheita. O plantio havia sido realizado pelos alunos dos cursos Técnico em Agropecuária e Superior de Agronomia do IFRO:



- *Campus* Porto Velho Calama:

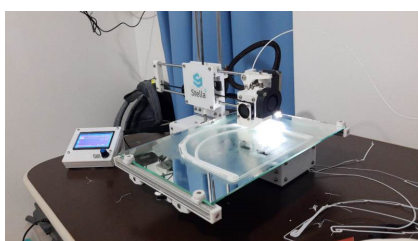
O Prof. Leonardo destacou as ações propostas pelo *Campus* Calama, observando a planilha de projetos do *campus*, há proposta de parceria com MP para fabricação de produtos, com captação de recursos. Os laboratórios estão produzindo máscaras para distribuição a hospitais, acetato, etc. Muitos projetos que se houver disponibilidade de recursos podem ser elevados.

Sobre os projetos do *Campus Calama* para produção de respiradores portáteis, o Prof. Uberlando informou que a SETEC está firmando parcerias com indústrias, para produção em alta escala de respiradores.

O *Campus Porto Velho Calama* recupera respiradores e monitores cardíacos e produz máscaras de proteção para profissionais de saúde no combate ao Covid-19. Servidores fazem a entrega de máscaras ao CEMETRON (Centro de Medicina Tropical de Rondônia):



- O *Campus Cacoal* promove a confecção de material de segurança para profissionais da saúde do município. Foto de produção de máscara de proteção:



- *Campus Vilhena* - dentre os itens produzidos estão as máscaras de acetato e outros produtos produzidos que serão utilizados em UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) da cidade de Vilhena e proximidades. A ação é fruto do convênio entre o IFRO *Campus Vilhena*, a Secretaria Municipal de Saúde e a Cooperativa de Crédito SICOOB Credisul firmaram convênio que objetiva a confecção de equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde de Vilhena e região:



Encaminhamento - recomendado edital ou chamada pública de doação/distribuição de produtos, tanto á itens voltados ao COVID 19, como para produtos agrícolas. O edital será unificado para facilitar, privilegiando transparência e eliminar qualquer suspeição de direcionamento de doações.

Encaminhamento - EPI e álcool em gel deve ser destinado ao estado e/ou cidade de produção. Os *campi* vão compartilhar lista de produtos que podem doar, para lançar edital único.

2.4. Concessão de auxílios estudantis durante o período de Atividades Remotas de Ensino.

O Prof. Uberlando destacou a deliberação deste colegiado na última reunião, sobre a importância de atender às demandas de concessão de auxílios aos alunos, como forma de fomentar a política de permanência e êxito na instituição, especialmente em um momento de comoção nacional como este, recai sobre o IFRO a responsabilidade social em manter o pagamento dos auxílios. A recomendação deste colegiado para que o CONSUP aprovasse o novo regulamento de Concessão a auxílios financeiro em caráter emergencial aos alunos, foi uma decisão colegiada para o IFRO como um todo, não se trata de imposição da reitoria para os *campi*. No entanto, cada unidade tem seu Diretor-geral, que é o ordenador de despesa no *campus*, e este deve trazer as dúvidas para deliberação deste colegiado de situações que aconteçam em sua unidade. Desta forma, as decisões são colegiadas, registradas em ata, e não se faz necessário a emissão de outros documentos para afirmar a mesma decisão.

O colegiado deliberou sobre a importância da unidade institucional, respeitando a descentralização conferida aos *campi* na composição do IFRO, conforme estabelecido na lei de criação dos Institutos Federais. Assim que as decisões colegiadas são privilegiadas no âmbito do IFRO.

A Prof.^a Letícia trouxe uma dúvida do CAED, se os auxílios podem ser depositados na conta dos pais dos alunos, de forma excepcional. O Prof. Edslei informou que a ordem de pagamento é exclusivamente no CPF do aluno, são os termos da legalidade para pagar em nome de terceiros.

A Prof.^a Elaine perguntou se alunos registrado no NAPNE, precisando algum apoio para o atendimento de necessidade especial, se há a obrigatoriamente de comprovar vulnerabilidade social e baixa renda. A Diretora de Assuntos Estudantis da PROEN, Sr.^a Maria Rosimere Salviano de Moura, esclareceu que o regulamento tem previsão para atendimento de alunos NAPNE. A regulamentação prevê que a concessão de auxílios é prioritariamente destinada aos alunos em vulnerabilidade, mas não exclusivamente, assim que é possível o deferimento. Sobre o auxílio aluguel, é possível o pagamento mesmo aos alunos que retornaram pra casa, pois já tinham contratos firmados com o compromisso para o ano. A Sr.^a Rosimeire acredita que estamos num momento que conseguiremos atender nossos alunos diante da situação emergencial. Para a operacionalização, envio de documentos, as equipes das unidades podem adequar à realidade de cada unidade, buscando soluções para enfrentar as dificuldades, o mais importante é garantir a permanência dos nosso alunos, e atender essas necessidades com suas especificidades.

O Prof. Anequine perguntou se pode retomar editais antigos, de alunos que já foram contemplados nos editais. A Sr.^a Rosimeire esclareceu que os gestores poderão optar por retomar os editais aprovados ou lançar o emergencial. Para os aluguéis, a recomendação é aderir ao novo edital.

O Prof. Aremilson perguntou se retomar o processo de seleção, mas não terão condições de verificar os documentos originais e entrevistas. Então, a equipe do *campus* está deixando os alunos cientes que serão considerados os documentos enviados digitalmente, e se posteriormente não forem verificados como verdadeiros, o auxílio poderá ser cortado.

2.5. Instalação de Centros de Tecnologias -CTIs nos *Campi* do IFRO.

O Prof. Gilmar contextualizou que as deliberações e orientações para a instalação dos CTIs é continuidade da última reunião do CODIR, e o tema já vem sendo tratado desde o ano passado. Há o processo no SEI disponível para orientações acerca da instalação dos CTIs, destacou que com o projeto base de cada *campus*, estes elaborarão o plano de trabalho da unidade. Todos os *campi* já enviaram seus projetos para análise da PROESP, exceto os *campi* Calama e Zona Norte. A PROESP fará a análise dos projetos enviados e emitirá um parecer. Ele recomendou que haja a discussão com todos os envolvidos na implantação do CTI, incluindo a DPLAD (Departamento de Planejamento e Administração) pelos assuntos relacionados a contratações e obras. Foi detectado sobre a importância de melhor comunicação e divulgação das informações a todos os interessados, assim que será elaborado um Boletim com os dados, para ampliar a divulgação e transparência.

A Sr.^a Goreth informou que caso os *campi* tenham dificuldade em finalizar os projetos, podem encaminhar para a PROEX e PROESP, que eles poderão ajudar a concluir os projetos.

O Prof. Uberlando informou sobre as emendas parlamentares, que o prazo foi prorrogado em 10 dias para fechamento das demandas por parte dos parlamentares. Esperamos que não haja risco de que o IFRO perca recursos, que são tão imprescindíveis para a manutenção de nossas atividades, e estamos buscando uma oportunidade para apresentar as atividades que estão planejadas. Neste sentido, se faz mais urgente apresentar os projetos com as demandas, demonstrando a relevância das ações propostas nos projetos, e o impacto dessas ações na sociedade, com intuito de sensibilizar os parlamentares e conquistar recursos para as atividades do instituto, inclusive à demandas emergenciais de diversas áreas, como esta da saúde. Desta forma, o papel de articulação da reitoria com os *campi*, é em fortalecer a imagem da unidade institucional, respeitando o perfil de vocação de cada unidade, proporcionando abertura para os *campi* apresentarem suas propostas dentro da realidade, perfil e visão de cada unidade.

A Prof.^a Letícia apontou que está sendo um desafio para a equipe fazer algumas definições de forma remota, em especial sobre as obras, porque é difícil quantificar. Sobre agricultura familiar, pequenos produtores, cultivo de mudas, há a questão das sazonalidades, em que se não forem feitas em certo período, ficará para a próxima estação, no ano seguinte. Desta forma, o plano ficou um pouco dificultado em alguns detalhamentos na parte de execução, devido à pandemia.

O Prof. Gilmar esclareceu que, nesse momento de elaboração do projeto básico, trata-se de definições sobre investimentos de infraestrutura para pesquisa e extensão tecnológica, essas parte mais detalhada de execução será feita posteriormente. Para o projeto básico é preciso definir quais serão as linhas de atuação, a definição do público alvo, quantas pessoas vamos atingir, qual a infraestrutura e quais serão as obras necessárias (novas e/ou reformas), qual o período; e as possibilidades de parcerias. Logo que, é uma ideia geral, de investimentos e parcerias. Por exemplo, se vai trabalhar com quais linhas de atuação, a de produção de alimentos, se precisará infraestrutura de viveiros e laboratórios, se precisará reformas, ou alugar; qual o público, e qual os objetivos específicos, se for comunidade em vulnerabilidade, quantos agricultores serão envolvidos no projeto, toda essa parte de descrever os objetivos. Não vamos listar descrição de custeio e detalhamento da execução, nesse momento.

O Prof. Uberlando esclareceu que como neste momento, é para a definição de investimentos, conforme já havia sido pedido aos gestores, para olharem para a infraestrutura que já tem disponível no *campus*, como a de laboratórios que já existem e precisam de reformas, e podem ser incrementados com aquisição de equipamentos para o pleno funcionamento e, assim, transformá-lo em um Centro de Tecnologia. As discussões sobre custeio devem ocorrer de forma paralela, para amadurecer as definições para outro momento. Estamos abordando esse tema há 6 meses, a proposta inicial é de que a cada *campus* será destinado R\$ 500 mil Reais, se algum *campus* identificar que precisará de um investimento menor, que analise e basta descrever no projeto, e a diferença poderá ser destinada a outra unidade que apresente maior necessidade de investimento. As definições de investimento precisam ser agilizadas para dar andamento aos trâmites de licitação, que é demorado. As capacitações serão definidas também posteriormente, devido ao cenário incerto, devemos fazer as definições requeridas neste

momento. Ele contextualizou que alguns Institutos Federais perderam recursos que receberiam de emendas parlamentares, que os parlamentares as destinaram para a saúde, na maioria. Assim que temos a oportunidade de apresentar o potencial em contribuir com a sociedade, e que a perda de recursos seria desastroso para a instituição.

O Prof. Gilmar exemplificou que se o *campus* precisa adquirir agitadores para produção de álcool em gel, para atender demandas emergenciais, assim que a proposta é escolher uma área de referência, prospectar para tomar uma decisão quanto à área, e transformar nossa estrutura em referencial de excelência, para que quando as demandas surjam, se for na área de especialidade da unidade, certamente será a escolha para receber projetos, desta maneira estaremos aptos a receber investimentos que virão de parcerias futuras. Também podemos já realizar a prospecção de parcerias para infraestrutura com outras instituições, como laboratórios, necessidade de ampliar o fornecimento de água, entre outros.

O Prof. Marco Anequine perguntou se o *Campus* Colorado do Oeste pode colocar a demanda que ultrapasse o valor estabelecido por unidade. Os laboratórios da área de agropecuária são referência, e a demanda é maior do que os valores pré-estipulados para cada unidade, para os 2 projetos aprovados.

O Prof. Uberlando esclareceu que vai apresentar a proposta, e se conseguirmos os recursos, poderá ser atendido sim. E se alguma unidade não for precisar do valor total pré-estipulado, o recurso poderá ser destinado a outra unidade.

O *Campus* Cacoal tem a área definida de referência em produção de café.

O Prof. Leonardo informou que o *Campus* Calama está finalizando a proposta e está na iminência de entregar a proposta de CTI na área de energias renováveis, está na fase final de definição dos equipamentos.

A Prof.^a Ariádne informou que o *Campus* Zona Norte apresentará 2 propostas, também está na fase final de definição de equipamentos, e os projetos serão enviados à PORPESP, em breve.

Encaminhamento - assim que chegarem todas as propostas, serão enviados os projetos do IFRO aos parlamentares. O Prof. Uberlando concluiu que a previsão, no total de recursos destinados ao IFRO, são na ordem de cerca de R\$ 7 milhões de Reais.

O Prof. Gilmar informou que o cronograma previa a inauguração dos CTIs em agosto, vamos fazer o que podemos para atender os prazos pré-estabelecidos.

O Prof. Renato perguntou sobre as aquisições para o Fab Lab, se as aquisições serão pela reitoria, ou se o *campus* deve fazer esse detalhamento no plano.

O Prof. Gilmar esclareceu que proposta para o Fab Lab contempla uma estrutura mínima para todas as unidades, e será feita pela reitoria, para ganhos de escala. Os demais laboratórios é com os *campi*. Se algum *campus* tiver proposta de equipamentos para o Fab Lab, ainda está em tempo de sugerir, pois estamos na fase de descrição dos equipamentos. E este valor é a parte dos valores pré-estabelecidos para cada *campus*.

2.6. Análise e encaminhamentos para atendimento ao que determinam as Instruções Normativas nº. 27 e nº. 28 publicadas em 26/03/2020 pelo Ministério da Economia.

A Sr.^a Débora apresentou as IN nº 27 e nº 28 do Ministério da Economia, que foram emitidas em complementação à IN nº 19 sobre enfrentamento ao COVID 19. Conforme descrito nas normativas, os servidores com doenças pré-existentes, gestantes, doenças auto-imunes fazem parte do grupo de risco, devem ser colocado trabalho remoto, assim como qualquer servidor com sintomas de gripe, devem exercer atividades remotos. Para trabalho essenciais, podem ter exceção, de rotatividade para escala para prestar serviços essenciais à critério do órgão. Ela destacou que o mais importante, para a Rede Federal, é preocupação em preservar a saúde de todos, independentemente de pertencer a grupo de risco, e continuar prestando o serviço. Foi apontado sobre elaboração de um boletim de dados com quantitativo de pessoas com gripe ou coronavírus, o questionamento da Rede Federal é que se trata de informação entre paciente e médico, além de que as agências de saúde fazem esse monitoramento, além do grande trabalho que teria que ser feito pelas equipes de pessoas de identificar quem são os servidores do grupo risco, elencando as doenças crônicas que cada um apresenta, as gestantes, além de informar casos de gripe ou suspeitas e/ou casos comprovados de Coronavírus. Ela pontuou que não há obrigação do servidor em informar a instituição e sim às agências oficiais de saúde e monitoramento. Logo, o posicionamento já foi comunicado de que não temos condições de monitorar essas informações e publicar um boletim semanal em relação ao COVID 19.

Desta forma, não há necessidade de adaptação às normativas, sendo que o IFRO atende às recomendações, orientações e procedimentos adotados.

Auxílio transporte, adicionais noturno, de insalubridade e periculosidade.

Ao auxílio transporte faz jus o servidor por indenização com despesa pelo transporte que ele faz para chegar ao trabalho em transporte coletivo ou seletivo. Fizemos um levantamento do número de servidores do IFRO que utilizam este auxílio, foi detectado que a maioria usam transporte seletivo, para localidades que não são atendidas por transporte público. No caso de trabalho remoto já é pacificado que não faz jus ao pagamento. Para a folha do mês de março, já está fechada, mas para abril serão feitos os ajustes para a retirada do auxílio. Aplica-se a servidores, professores substitutos e estagiários, com impacto maior para este último.

Adicional noturno - para atividades compreendidas entre 22h de um dia às 05h horas do dia seguinte. No âmbito do IFRO o público que recebe geralmente vigilantes do Campus Colorados, alguns técnicos-administrativos que trabalham no ensino e professores sem dedicação exclusiva e contratos temporário que executam atividade ou realizam atividade geralmente entre 22h às 22.30h. Não sendo as atividades executadas neste horário não fazem jus a receber o adicional. Salvo em caso em que for comprovado que mesmo remotamente a atividade será realizada após a 22h, desde que haja prévia autorização da chefia imediata.

Adicional de periculosidade e insalubridade -

O Prof Uberlando contextualizou que o CONIF está elaborando um documento para justificativa para manutenção do pagamento. Amanhã terá nova reunião do CONIF para aprovação final do documento, e deliberar sobre a proposta da SETEC de recursos na ordem de R\$ 18 a 19 milhões para projetos voltados ao Coronavírus, como já deliberamos. Ele destacou o momento delicado que atravessamos, a perda desse percentual vai impactar a remuneração do servidor que a recebe, foi por um decreto de calamidade que interrompeu essas atividades, situação imposta, não foi opção do servidor, configura uma excepcionalidade. Há servidores querendo o retorno da atividade presencial para não prejudicar a remuneração. Ele solicitou para divulgar aos servidores que se enquadram, para colocá-los a par das tratativas sobre o tema.

A Sr.^a Débora explicou que os técnicos de laboratórios que estão em escala de revezamento, e envolvidos em atividades laboratoriais em alguns dias do mês, deve ser pago proporcionalmente aos dias que trabalhou. A proposta que o CONIF apresentará à SETEC defende a continuidade do pagamento deste adicional por considerar que esta tampouco é suspenso em períodos de férias, natalinos, recessos, etc. A Prof.^a Leticia perguntou sobre o registro das atividades, que estão sendo registradas na planilha, junto com as remotas e presenciais. A Sr.^a Débora sugeriu para as atividades presenciais, o ideal é a assinatura de folha de ponto, ou folha de controle da atividade de laboratório. Como esta situação ainda não está definida pela SETEC, é necessário fazer o registro de alguma forma. Ponderou que pode ser registrado em folha de ponto, quando o exercício da atividade for no IFRO, e para casos de parcerias de trabalhos presenciais em outras instituições, com laboratórios, participação em campanha de vacinação, em que é fora da instituição, mas não configura trabalho remoto e precisam de um registro. Foi deliberado sobre plano de trabalho e registro de planilha, desde que tenha o registro dos dias e horários de atividades laboratoriais. Caso seja aprovada pela SETEC a proposta do CONIF de manutenção de pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade, a análise dessas horas não serão feita, mas é importante registrar.

Encaminhamento - ficou definido para os planos de trabalho com detalhamento de horas presencias e laboratoriais; e registro em folha de ponto para todas as atividades na instituição.

Férias e jornadas de trabalho - fica vedada a alteração e/ou reprogramação e cancelamento de férias para serviços remota. Mas podem ser feitas por justificativa de ocupante de CD2 e CD1, não de chefia imediata como era antes, a IN alterou isso.

Para as interrupções de férias já era previsto em lei, para casos emergenciais, no interesse da administração, que configura o caso, este é o mais utilizado no IFRO.

Licença capacitação pode ser concedida para este período, observando não extrapolar o máximo de 2% do quadro. O cancelamento somente mediante justificativa.

Jornada reduzida a reversão para jornada completa para trabalho remoto não está autorizada.

2.7. Alteração do Regulamento para Concessão de Bolsas de Apoio a Programas de EaD (Resolução nº 05/CONSUP/IFRO/2017, de 20 de janeiro de 2017).

O Prof. Aloir elaborou um parecer sobre o edital nº 7, de 2020, lançado pela EaD do *Campus Zona Norte*, para o qual foram apresentadas muitas reivindicações dos servidores TAEs (Técnicos Administrativos em Educação). Trata-se de edital de apoio para atividades de educação a distância, em que há o impedimento de participação de TAEs, porque a estes não lhes é permitido o recebimento de bolsas. Este entendimento é embasado na a lei da criação dos institutos federais, e, havia a proibição na lei das carreiras de docentes e TAEs. No entanto, o plano de carreira docente foi alterado, possibilitando o pagamento de bolsas; já a normativa da carreira de TAEs não foi alterada para a retirada desta discriminação. O Parecer da Procuradoria Federal junto ao IFRO apontou essa impossibilidade, pois seria preciso alteração da lei de carreira de TAEs. Independentemente da percepção de qualquer pessoa, de que a proibição é injusta, por considerar que os TAEs atendem o perfil de qualificação e podem realizar esses trabalhos.

O Prof. Aloir destacou que já existe um projeto de lei, que foi aprovado pela comissão prévia da Câmara dos Deputados, com parecer favorável no aspecto da constitucionalidade do projeto, foi enviado à mesa diretora da câmara, e aguarda a votação, desde outubro de 2019. Ainda não foi votado, e certamente, não o será neste momento de comoção nacional com a saúde pública. Existe porém, o poder discricionário atribuído à administração pública, que apesar da restrição, de não amparo na lei, o próprio MEC utilizou seu poder discricionário quando aprovou o pagamento de bolsas para TAEs, em nível nacional, para os Programas Rede e-Tec e PRONATEC, abrindo desta forma, um precedente para atuação de TAEs no ensino, com percepção de bolsas. Desta forma, temos essa situação dos TAEs do IFRO para deliberação deste colegiado.

O Prof. Uberlando partilhou que fez contato com secretário da SETEC sobre o tema. Ele solicitou o envio das justificativas nos pormenores, para que a SETEC analise a possibilidade de emissão de portaria pela SETEC, com orientações sobre essa situação. Contextualizou que o MEC já se manifestou, em outros momentos, que irá privilegiar a Educação a Distância, e terá medidas de fomento para a modalidade. Assim que, é bem possível que haja o interesse em remediar essa situação dos TAEs. Contudo, o nosso edital já está aberto e não é possível aguardar todo o trâmite no MEC, em passar por análise na procuradoria no MEC, etc, até a aprovação final, pois o nosso edital já terá sido concluído.

O Prof. Davys destacou a importância da isonomia entre as carreiras dos TAEs e dos Docentes.

A Prof.^a Ariadne destacou que o posicionamento da legalidade é claro, e que em nenhum momento a intenção foi de segregar a participação dos TAEs, no entanto, os normativos institucionais replicam o previsto na legislação, como o Regulamento de Bolsas aprovado pelo CONSUP (Conselho Superior do IFRO).

A Sr.^a Débora destacou ainda, que a legislação prevê o impedimento de pagamento aos TAEs de bolsas destinadas a pesquisa, extensão e desenvolvimento, constatando que as atividades de ensino, na modalidade EaD, não estaria neste rol de proibições, pois trata-se de ensino. Apontou também, que no início da redação, estabelece dentre o possível público para o pagamento de bolsas a servidores públicos, o que incluiria os TAEs, assim que é possível uma reflexão de um olhar com esse entendimento. Ressaltando que as atividades relacionadas às bolsas seriam extralaborais.

O Prof. Uberlando considerando todos os argumentos, com a atenção ao parecer da procuradoria e advertência que aponta para a legalidade, a decisão da gestor não está vinculada, é autônoma com as justificativas apresentadas, não apenas da equidade entre TAEs e docentes, da comprovada capacidade para desempenho das funções, e no melhor interesse da instituição. O CODIR deliberou e encaminhará o pedido ao CONSUP para a alteração *ad referendum*, da Resolução do CONSUP do Regulamento de Bolsas, para retirada da restrição de participação de TAEs nos certames envolvendo pagamento de bolsas de ensino.

3. INFORMES GERAIS

A Sr.^a Janaina explicou que a ASCOM, devido à grande divulgação de ações e projetos voltados ao Coronavírus, criou um fluxo de informação para todas as informações de divulgação, para que passem pelo crivo do comitê técnico científico do IFRO, e alinhamento para posterior divulgação, precipuamente pelo Portal do IFRO, daí serão feitos os encaminhamentos para os meios de comunicação, programas de emissoras de TV e rádio, etc. Com a impossibilidade de mobilidade das emissoras de TV para entrevistas e produções de vídeos, a imprensa está solicitando que as imagens sejam enviadas para divulgação. Assim que, os *campi* devem enviar os materiais de divulgação, notícias, entrevistas nas unidades, para o comitê que analisará e encaminhará para ampla divulgação. No procedimento anterior, a ASCOM publicava diretamente.

Ela reforçou a importância do cuidado de exposição quando há recursos e parcerias envolvidas, para que seja de forma bem clara e transparente o direcionamento dos recursos e doações.

Ela destacou a importância do *whats up*, com grande alcance social, no entanto, frisou o cuidado com repasse e da forma que é divulgado. Trabalhos inovadores dos docentes estão sendo divulgados também e atividades dos alunos, pelo Facebook e Instagram. Tudo passando pelo comitê gestor, todas as ações ficarão compiladas.

O impacto grande de divulgação, assim como o elevado número de acesso, porque foi aumentado o consumo de mídias, neste momento de confinamento.

Foi parabenizado a entrevista do *Campus* Ji-Paraná de doação de álcool em gel, foi muito bem organizada, com fala da DG representando a instituição, depoimento do servidor envolvido no projeto, muito bem articulado.

A matéria do *Campus* Ariquemes, do Prof. Vagner Shoaba e alunos, os parlamentares elogiaram e relataram que ficaram surpresos pelas ações do IFRO e proatividade. Quando a gente se organiza e coloca a divulgação na mídia externa, dá maior credibilidade e alcance. Especialmente neste momento de impossibilidade de gravação de novas imagens, foi solicitado que consultem a comunicação nos *campi* para produção de imagens de qualidade, que possam ser aproveitadas para divulgação em massa.

Foi percebido que a divulgação das matérias de ações do IFRO estão sendo compartilhadas por parlamentares, como demonstração de apoio à ciência. A ASCOM está a disposição dos DGs a todo momento para consultoria e acompanhamento dos cuidados da informação institucional, para maximizar a imagem positiva das ações do IFRO e garantir que a divulgação seja assertiva. Está sendo muito positivo que a sociedade está se dando conta da importância da ciência e desenvolvimento de tecnologia na região.

O *Campus* Ji-Paraná teve uma experiência de situação de campanha indevida, em nome do *campus* para suposta arrecadação de recursos. Foi constatado que não houve má intenção, mas MP e justiça já foram notificados.

O Prof. Aremilson parabenizou a ASCOM pelo trabalho com depoimentos de alunos e sua vivência no *campus*. Destacou que as falas dos alunos sempre surtem um efeito muito positivo com o público para o Processo Seletivo do IFRO, até melhor do que com os materiais que são elaborado por servidores.

Informes do Reitor:

- MP de flexibilização da LDB, para a redução de 200 para 180 dias letivos, foi aprovado, como já foi abordado.
- PL PNAE está em tramitação na Câmara dos Deputados e o texto está com a Rede Federal para contribuição. Esta alteração possibilitará a utilização dos recursos do PNAE para outras situações, também abrangendo às especificidades da Rede Federal.
- Fomento à oferta de cursos FIC na modalidade EaD: 100 mil vagas (60 mil presencial; e 40 mil EaD).

O STF(Supremo Tribunal Federal) determinou para encurtar prazo do CN (Congresso Nacional) de avaliação de MPs (Medidas Provisórias) de 120 para 14 dias. Provavelmente há várias que afetam a Rede Federal, como a alteração de eleição para os dirigentes (Reitores), MP 914; redução de salários de servidores, contratação de terceirizados para atuar em instituições de ensino. Agora no novo rito, o relator no CN apresenta direto e já é votado, não passa mais pela comissão mista de avaliação. Com o prazo reduzido, não teremos tempo para o diálogo e maior sensibilização dos parlamentares. A elaboração de lista tríplice para os dirigentes, possibilita maior influência externa de indicação política para os cargos, o que terá uma consequência negativa para as Instituições, podendo comprometer sua autonomia, já definida em lei. Vamos tentar o contato com os parlamentares para que não sejam aprovadas. Sobre a MP de redução de salários, já havia sido pedido para retirar os servidores da educação, técnicos e docentes, com as discussões e compromissos que foram feitos, agora devemos esperar que se mantenham.

O Prof Gustavo, DE do *Campus* Cacoal, perguntou como vai funcionar a alteração para dias letivos, em que baixou de 200 para 180 dias letivos, e permanece a carga horaria. Analisando bem, poderia ter antecipação de fim de ano. Se já temos um posicionamento, considerando que no cálculo envolve ensino, pesquisa e extensão para o planejamento da carga horaria.

O Prof. Edslei respondeu que, a princípio, vamos manter o calendário já aprovado, e debater as possibilidades com as equipes de ensino desta normativa que foi aprovada agora, para um posicionamento institucional amadurecido quanto

às novas regras.

Contratação de Professor Substituto - O Prof. Aremilson pediu orientação quanto aos processos de contratação para professor substituto, porque gostaria de ter os professores substitutos já contratados quando as aulas presenciais forem retomadas. Ele compartilhou que o *Campus* Vilhena tinha processo iniciado e que está paralisado no momento, em função de atividades presenciais que estavam previstas, como a conferência de documentos originais e avaliação de aula didática apresentada pelos candidatos. Outros *campi* também relataram que paralisaram seus processos que estavam em andamento, pelas mesmas razões.

O Prof. Uberlando destacou que novas contratações são impraticáveis neste momento, pela dificuldade de receptionar o novo professor na instituição, proporcionar-lhe uma percepção do que é o Instituto Federal, essa iniciação que normalmente é feita. Além de que, os docentes já do quadro estão experimentando a adaptação com as atividades de ensino remotas; para um professor novo, o desafio seria muito maior, e a adaptação com os alunos poderia ser prejudicada. Assim que, ele acredita que os resultados não seriam positivos e as contratações de substitutos devam esperar. Por outro lado, a renovação de contratos já existentes, podem seguir sem problemas.

4. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

O Presidente do Colégio de Dirigentes agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E eu, Flávia Cristina do Nascimento Anziliero, Secretária Executiva, lavrei esta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina do Nascimento Anziliero, Secretária Executiva**, em 08/04/2020, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davys Sleman de Negreiros, Diretor(a) Geral**, em 08/04/2020, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 08/04/2020, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Cristina Pereira Santos, Pró-Reitor(a) de Administração**, em 08/04/2020, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aremilson Elias de Oliveira, Diretor(a) Geral**, em 08/04/2020, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Alves Lima Júnior, Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**, em 09/04/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ariadne Joseane Felix Quintela, Diretor(a) Geral**, em 09/04/2020, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato Delmonico, Diretor(a) Geral**, em 09/04/2020, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Gonçalves de Lima, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 09/04/2020, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aloir Pedruzzi Junior, Diretor(a) de Educação a Distância Substituto(a)**, em 14/04/2020, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Pereira Leocádio, Diretor(a) Geral**, em 14/04/2020, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Paulino da Silva, Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional Substituto(a)**, em 15/04/2020, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº](#)



[8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Janáina Maria Ferri Candéa Saldanha, Assessor(a) de Comunicação e Eventos**, em 15/04/2020, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Enio Gomes da Silva, Diretor(a) Geral**, em 15/04/2020, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Edslei Rodrigues de Almeida, Pró-Reitor(a) de Ensino**, em 15/04/2020, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Fabricio Zamberlan, Diretor(a) Geral**, em 17/04/2020, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Oliveira Costa de Carvalho, Diretor(a) Geral**, em 20/04/2020, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0880832** e o código CRC **B4D5EADB**.